

ACOLHIMENTO FAMILIAR E INTERVENÇÃO SOCIOEDUCATIVA NA INFÂNCIA: (RE) PENSANDO ALGUMAS PRÁTICAS

RESUMO

Nesta comunicação apresentamos as principais linhas de uma investigação a realizar no âmbito do curso de doutoramento em Educação da Universidade de Santiago de Compostela e que tem como tema central a intervenção socioeducativa no acolhimento familiar.

Nos últimos tempos tem-se verificado um aumento do interesse da investigação internacional pelo acolhimento familiar. No entanto, a maioria dos trabalhos é desenvolvida em países anglo-saxónicos, havendo pouco avanço relativamente a este tema nos países do sul da Europa (Delgado, Carvalho, & Pinto, 2014).

Designadamente em Portugal, em termos de investigação, tem sido dada prioridade ao estudo de outras vertentes de intervenção socioeducativa, não havendo muito investimento no estudo da medida do acolhimento familiar. A par desta realidade, verifica-se também que esta medida apresenta, na prática, uma reduzida expressão, havendo uma tendência para a institucionalização das crianças e jovens em perigo.

Partindo da realidade portuguesa no que concerne ao acolhimento familiar, e no sentido de colmatar algumas lacunas existentes, a investigação que apresentamos, e que está ainda em fase inicial, visa, por um lado, sublinhar a importância do acompanhamento e da formação no âmbito do acolhimento familiar e, por outro lado, propor mudanças que poderão ser introduzidas no sentido de melhorar estes processos.

Assim, tem como principais objetivos caracterizar o acompanhamento técnico atualmente prestado às famílias acolhedoras e potenciar as competências dos profissionais e acolhedores no processo de gestão e planeamento do acolhimento familiar, através do aperfeiçoamento dos processos de formação inicial e contínua.

Trata-se de um estudo, predominantemente qualitativo, que não parte de hipóteses formuladas previamente, nem pretende a generalização dos resultados obtidos.

A seleção dos participantes será não aleatória, por conveniência, procurando abranger uma variedade de famílias no que diz respeito ao tempo e experiência como família de acolhimento e os respetivos técnicos de acompanhamento.

Será realizado, numa fase inicial, um estudo que visa caracterizar o acompanhamento técnico atualmente prestado às famílias acolhedoras e o levantamento das principais necessidades formativas, através da aplicação de inquéritos por questionário. Numa segunda fase, proceder-se-á ao desenho, desenvolvimento e avaliação de um programa de intervenção socioeducativa, composto por diferentes sessões de formação nas quais participarão os acolhedores e equipa de acolhimento, separadamente ou em conjunto, dependendo dos temas a abordar.

A avaliação de implementação do programa será realizada a partir da realização de momentos para reflexão conjunta dos participantes, através da análise de conteúdo dos discursos de cada um dos intervenientes. Desta avaliação farão também parte os dados obtidos através da observação participante da doutoranda, no decurso das sessões de formação. Relativamente à avaliação dos resultados, será realizada a partir da criação e aplicação de indicadores, a definir em função dos objetivos de cada sessão.

Posteriormente, proceder-se-á, a uma análise concertada e sistémica de todos os dados recolhidos, que permitirá sistematizar as conclusões que advieram da investigação e fazer o levantamento de implicações para a prática, ou seja, elencar os aspetos nos quais deverá haver um maior investimento no sentido de melhorar o processo de acolhimento familiar.

Sousa, Alexandra

Universidade de Santiago de Compostela/ Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

Lorenzo Moledo, Maria del Mar

Universidade de Santiago de Compostela

Delgado, Paulo

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

alexandrainsousa@ese.ipp.pt; mdelmar.lorenzo@usc.es; pdelgado@ese.ipp.pt

Palavras-chave

Proteção Infantil, Acolhimento Familiar, Intervenção Socioeducativa

INTRODUÇÃO

O acolhimento familiar de crianças e jovens constitui, de acordo com a lei de proteção de crianças e jovens em perigo (Art. 34 da lei 147/99 de 1 de Setembro), uma das medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo, previstas no quadro legal português, que têm como principais finalidades afastar as crianças e jovens do perigo, proporcionar condições que permitam garantir a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral e, ainda, assegurar a sua recuperação física e psicológica.

O acolhimento familiar consiste, nos termos da mesma legislação, na atribuição da confiança da criança ou jovem a uma pessoa singular ou a uma família, com o propósito de promover a sua integração em meio familiar e assegurar a prestação de cuidados ajustados às suas necessidades (artigo 46.º), constituindo uma medida complexa, pois contempla diversas variáveis e dimensões (Delgado et al., 2013). Por isto, “saber de que modo o acolhimento familiar constitui um contexto adequado para o desenvolvimento das crianças acolhidas é uma interrogação que não tem uma resposta rápida, e muito menos fácil (...)” (p. 21).

Sendo considerado “um lugar de hospitalidade” e “um espaço de generosidade” (Delgado, 2013, citado por Delgado et al., 2013, p. 26), o acolhimento familiar deve sustentar-se em modelos teóricos e científicos que aditem aos laços socio-afetivos que são estabelecidos, as competências profissionais que são imprescindíveis para o desenvolvimento desta atividade (Luckock & Lefreve, 2011; Schofield & Beek, 2009).

Neste sentido, é importante ressaltar que a medida do acolhimento não se cinge ao processo de colocação, sendo fundamental um trabalho de acompanhamento e avaliação que assegure que estão reunidas, junto dos acolhedores, as condições adequadas para o desenvolvimento das crianças e jovens, que acompanhe a evolução das famílias biológicas e que analise de forma contínua

os pressupostos que estão subjacentes aos projetos de vida das crianças e jovens. Esta responsabilidade cabe aos técnicos de acompanhamento que devem, após a integração das crianças e jovens no acolhimento, durante a sua permanência, até à cessação do acolhimento, promover e avaliar este processo (Delgado, 2013, citado por Delgado et al., 2013). Esta realidade implica, na perspetiva do mesmo autor, a existência de profissionais com formação mais específica que lhes permita lidar com todas as dificuldades inerentes à colocação e serem capazes de prestar apoio técnico, financeiro e emocional aos acolhedores.

Não obstante as intenções previstas na legislação e também no discurso político, em Portugal, continua a verificar-se um predomínio das colocações institucionais, designadamente em lares de infância de juventude (LIJ) e em centros de acolhimento temporário (CAT), verificando-se que o acolhimento familiar assume, ainda, uma expressão reduzida.

De acordo com os dados mais recentes (Instituto da Segurança Social, 2014), em 2013 encontravam-se acolhidas 8.445 crianças e jovens. Deste total, apenas 4.4% (374) correspondem a crianças e jovens colocadas em famílias de acolhimento, verificando-se um predomínio das colocações em CAT e LIJ. De facto, as crianças e jovens em LIJ representam 65% (5492) e em CAT, 24% (2038), representando estas respostas sociais um peso total de 89.2% das colocações. As restantes crianças e jovens acolhidos (541), que representam 6.4% do total, distribuem-se por outras respostas especializadas, designadamente, centros de apoio à vida, lar residencial, acolhimento de emergência, apartamento de autonomização, comunidade terapêutica, colégio de ensino especial, lar de apoio e comunidade de inserção.

De acordo com Delgado (2010), têm sido apontadas diversas fragilidades à aplicação da medida do acolhimento familiar em Portugal que se prendem, fundamentalmente, com a escassa promoção da medida, a inexistência de critérios de seleção das pessoas envolvidas neste processo, a falta de acompanhamento técnico e a falta de formação prévia dos diferentes intervenientes.

Segundo Delgado e colaboradores (2014), considerando as especificidades culturais e políticas dos países do sul da Europa,

a transposição dos resultados dos estudos realizados em países anglo-saxónicos, que em muito têm contribuído para o desenvolvimento de políticas e programas de proteção na área da infância, deve ser colocada em causa, o que ressalva a importância do desenvolvimento de projetos de investigação nos países ibéricos.

Um estudo realizado entre 2011 e 2012 com os objetivos de caracterizar as situações de acolhimento familiar no distrito do Porto, determinar se esta medida constitui um contexto adequado para as crianças e jovens acolhidos e identificar vetores que potenciem a sua qualidade, trouxe importantes conclusões para a análise desta resposta social e apontou alguns dos aspetos que carecem de investimento, no sentido de propiciar uma resposta mais concertada e de potenciar a utilização desta medida (Delgado et al., 2013).

Entre as principais conclusões do estudo realizado, destacam-se as necessidades de investir na preparação prévia ao acolhimento, tanto ao nível dos acolhedores, como ao nível das crianças e jovens acolhidos; qualificar as famílias de acolhimento, promovendo uma formação preparatória e contínua das mesmas; promover um acompanhamento contínuo das famílias acolhedoras por parte dos profissionais e promover a qualificação profissional e a capacidade de avaliação dos técnicos e acolhedores, no que diz respeito à gestão e planeamento dos contactos com a família de origem.

Efetivamente, apesar de estar prevista legalmente, a falta de formação constitui uma das grandes lacunas no sistema do acolhimento familiar no distrito do Porto (Delgado, 2007), o que, na perspetiva do autor, inviabiliza a possibilidade de exigir das famílias acolhedoras um desempenho qualitativo. Esta realidade só poderá ser alterada se, na prática, se concretizar um conjunto de dimensões, previstas na legislação, das quais se destaca a formação inicial e contínua. Nesta sequência, pode considerar-se que “os resultados do acolhimento familiar dependem em parte do saber científico, técnico e humano das famílias acolhedoras, saber este que depende, também em parte, e numa parte significativa, da possibilidade de receber formação naqueles domínios” (p. 137).

INVESTIGAÇÃO

Neste estudo pretendemos analisar qual o impacto do acompanhamento e suporte prestados aos acolhedores por parte das equipas de acolhimento e quais os aspetos socioeducativos que podem, na perspetiva destes intervenientes, ser considerados, no sentido de melhorar o acompanhamento atualmente existente.

Pretendemos, ainda, verificar em que medida o investimento na qualificação contínua dos acolhedores e dos profissionais, contribui para uma melhor gestão e planeamento do acolhimento familiar.

FINALIDADE E OBJETIVOS

A investigação tem como finalidade propor estratégias de análise e de intervenção socioeducativa que contribuam para a melhoria dos processos e dos resultados do acolhimento familiar.

Neste sentido, visa atingir os seguintes objetivos gerais:

- Caracterizar o acompanhamento técnico atualmente prestado às famílias acolhedoras;
- Potenciar as competências dos profissionais e acolhedores no processo de gestão e planeamento do acolhimento familiar através do aperfeiçoamento dos processos de formação contínua e inicial;

Relativamente aos objetivos específicos, pretendemos:

- Estudar a relação existente entre o apoio prestado pelas equipas de acompanhamento e os resultados que os acolhedores atribuem à colocação;
- Desenhar e desenvolver programas de intervenção socioeducativa para os membros da equipa de acolhimento e para os acolhedores;

- Avaliar o programa de intervenção socioeducativa, tanto na sua implementação como nos resultados;
- Compreender como os participantes experienciaram e interpretaram a experiência da formação;
- Descrever e documentar as transformações sentidas pelas famílias acolhedoras e pelos profissionais.

METODOLOGIA

Considerando a especificidade deste contexto educativo e, partindo das premissas de “que os factos não podem ser compreendidos à margem do meio onde ocorrem e de que os sujeitos são seus agentes e atores principais” (Delgado, 2007, p. 164), este estudo não parte de hipóteses formuladas previamente, nem pretende a generalização dos resultados obtidos.

Numa 1.^a fase, será realizado um estudo com os objetivos de caracterizar o acompanhamento técnico atualmente prestado às famílias acolhedoras, fazer um primeiro levantamento sobre aspetos a melhorar, na ótica dos inquiridos, a nível do acompanhamento prestado, recolher a opinião dos profissionais e famílias de acolhimento sobre a importância do acompanhamento e das principais necessidades formativas. Pretende-se, assim, através de um processo de conhecimento crítico-reflexivo (Caballo, Candia, Caride, & Pablo, 1997), dar voz a estes protagonistas, valorizando as suas críticas, reflexões e sugestões, contribuindo para a avaliação do modo como tem sido desenvolvido o acompanhamento no acolhimento familiar e os resultados que este tem alcançado.

Para tal, serão realizados inquéritos por questionário, de perguntas abertas e fechadas, a uma amostra de acolhedores, que abranja uma variedade de famílias no que diz respeito ao tempo e experiência como família de acolhimento (amostra não aleatória, por conveniência). Após a seleção desta amostra, serão

convidados a participar na investigação, os técnicos que acompanham as famílias previamente selecionadas.

Após a aplicação dos questionários, será realizada uma análise dos dados no sentido de comparar as diferentes perceções que estes intervenientes têm relativamente ao acompanhamento prestado, analisar a relação existente entre o apoio que os acolhedores entendem que é prestado pelas equipas de acolhimento e os resultados que atribuem à colocação e, ainda, identificar as principais necessidades formativas apontadas pelos participantes.

Numa 2.^a fase, o estudo visa desenhar, desenvolver e avaliar um programa de intervenção socioeducativa que procurará aperfeiçoar o processo de acompanhamento e avaliação do acolhimento familiar, baseado num trabalho de colaboração entre acolhedores e técnicos de acompanhamento. O programa será composto por diferentes sessões de formação nas quais participarão os acolhedores e equipa de acolhimento, separadamente ou em conjunto, dependendo dos temas a abordar.

O programa será desenvolvido com base nas informações recolhidas na 1.^a fase desta investigação e também nos resultados e conclusões de investigações realizadas em Portugal, designadamente os estudos “O acolhimento familiar no distrito do Porto”, realizado entre 2011 e 2012, e “Contacto no acolhimento familiar; padrões, resultados e modelos de gestão”, atualmente em desenvolvimento, na medida em que estas investigações constituem fontes documentais extremamente importantes nesta área.

Tentar-se-á, numa lógica de reflexão a partir das práticas atuais, envolver no processo de construção e desenvolvimento do programa, os intervenientes na medida do acolhimento familiar, ajustando os conteúdos às suas reais necessidades. Para além disso, a elaboração do programa sustentar-se-á na opinião de especialistas e no estudo dos programas que são atualmente aplicados, nomeadamente no contexto espanhol.

Nesta fase, pretende-se trabalhar com uma amostra menor, não aleatória, por conveniência, de forma a abarcar famílias de acolhedores com diferentes graus de experiência no acolhimento

familiar. Após a seleção das famílias, serão convidados a participar no estudo, os técnicos responsáveis pelo acompanhamento dessas famílias.

Para a avaliação de implementação, de cariz qualitativo, serão realizadas reuniões periódicas entre as famílias de acolhimento e técnicos que frequentam o programa, no sentido de promover espaços de reflexão, avaliação e levantamento de expectativas relativamente ao processo em curso. No sentido de analisar, interpretar e avaliar as vivências e perceções dos participantes relativamente à frequência no programa, será realizada uma análise de conteúdo dos seus discursos. Da avaliação de implementação do programa farão também parte os dados obtidos através da observação participante da doutoranda, no decurso das sessões de formação. Relativamente à avaliação dos resultados será realizada a partir da criação e aplicação de indicadores, a definir em função dos objetivos da sessão.

Proceder-se-á, finalmente, a uma análise concertada e sistémica de todos os dados recolhidos, que permitirá sistematizar as conclusões que advieram do estudo e fazer o levantamento de implicações para a prática, ou seja, elencar os aspetos nos quais deverá haver um maior investimento no sentido de melhorar o processo de acolhimento familiar.

Em suma, as estratégias a mobilizar neste estudo, para que seja possível garantir a objetividade, credibilidade e rigor do processo de investigação serão: triangulação metodológica, através da utilização de técnicas qualitativas e quantitativas; triangulação de fontes de informação (recolha da perspectiva dos acolhedores e das famílias de acolhimento e, sempre que possível, de outros agentes envolvidos no processo do acolhimento familiar); descrição detalhada dos contextos de investigação; descrição rigorosa de todo o processo investigativo.

ASPETOS ÉTICOS E LEGAIS

Este estudo desenvolver-se-á a partir dos princípios gerais que constituem a base da investigação ética com seres humanos, designadamente os princípios do respeito, autonomia, justiça e otimização dos benefícios.

Neste sentido, serão salvaguardados os seguintes procedimentos: respeito pela garantia dos direitos dos participantes, solicitação de autorização ao Centro Distrital de Segurança Social para a realização do estudo, informação sobre objetivos e procedimentos do estudo a todos os intervenientes, recolha de consentimento informado de todos os participantes do estudo, aceitação da decisão das pessoas que não estiverem disponíveis para colaborar na investigação ou que pretendam desistir durante o seu decurso, salvaguarda do anonimato e divulgação/partilha dos resultados com os participantes, esclarecendo, dúvidas que possam existir (Eisman & Luna, n/d; Carmo & Ferreira, 1998).

Para além disso, considerando a perspetiva de Banks e Nohr (2008), sobre a importância de uma abordagem ética baseada, não só nos princípios gerais, a aplicar de forma imparcial e associados a argumentos mais racionais, mas também de uma abordagem baseada no carácter e nas relações, serão sempre consideradas as especificidades, vulnerabilidades e circunstâncias únicas de todas as pessoas envolvidas no estudo, procurando o estabelecimento de relações empáticas e de confiança, baseadas em qualidades morais, como o cuidado, atenção, responsabilidade e honestidade que permitam que os participantes se sintam compreendidos, aceites e envolvidos no estudo.

Para finalizar, no desenvolvimento do estudo haverá, ainda, a preocupação de não causar danos a outros investigadores, assegurando o rigor na identificação das fontes utilizadas, e a preocupação de autenticidade e fidelidade aquando da redação do relatório de investigação, no que diz respeito aos resultados e às conclusões, utilizando estas informações de forma verdadeira, sem enviesamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Banks, S., & Nohr, K. (coord.). (2008). *Ética prática para as profissões do trabalho social*. Porto: Porto Editora.
- Caballo, M., Candia, F., Caride, J., & Pablo, A. (1997). *131 conceptos clave da educación social*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da investigação - guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Delgado, P. (2007). *Acolhimento familiar. Conceitos, práticas e (in)definições*. Porto: Profedições.
- Delgado, P. (2010). O acolhimento familiar em Portugal. Conceitos, práticas e desafios. *Psicologia & Sociedade*, 22 (2), 336-344.
- Delgado, P. (Coord.), Bertão, A., Carvalho, J., Sampaio, R., Timóteo, I., Vieira, I., et al. (2013). *Acolhimento familiar de crianças. Evidências do presente, desafios para o futuro*. Porto: Mais Leituras.
- Delgado, P. (2013). Natureza e âmbito do acolhimento familiar. In P. Delgado (Coord.), Bertão, A., Carvalho, J., Sampaio, R., Timóteo, I., Vieira, I., et al. (2013). *Acolhimento familiar de crianças. Evidências do presente, desafios para o futuro* (pp. 23 – 42). Porto: Mais Leituras.
- Delgado, P., Carvalho, J., & Pinto, V. (2014). Crescer em família: a permanência no acolhimento familiar. *Pedagogia Social. Revista Interuniversitária*, 23, 123-150.
- Eisman, L., & Luna, E. (n/d). *La ética de la investigación educativa*. Universidade de Granada.
- Instituto da Segurança Social (2014). *Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro de 1999 (1999). Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.
- Lucklock, B., & Lefevre, M. (2011). *Social work with children and young people in care*. London: BAAF.
- Schofield, G., & Beek, M. (2009). Growing up in foster care: providing a secure base through adolescence. *Child and Family Social Work*, 14 (3), 255-266.